



**ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA**

REQUERIMENTO Nº 126/2025

REQUER AO PRESIDENTE DA MESA DIRETORA QUE OFICIE AO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL PARA OBTER INFORMAÇÕES SOBRE AS AÇÕES DECORRENTES DA IMPLANTAÇÃO DO PROTOCOLO EBIA NAS UNIDADES DO CRAS, UTILIZADO COMO BASE DE DADOS PARA O DIAGNÓSTICO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR EM PARAUAPEBAS, E SOBRE AS PROVIDÊNCIAS RELACIONADAS À IMPLANTAÇÃO DAS COZINHAS COMUNITÁRIAS COMO EQUIPAMENTOS PÚBLICOS DE SEGURANÇA ALIMENTAR.

Requeiro ao Presidente da Mesa Diretora, nos termos do artigo 202 do Regimento Interno, que seja enviado ofício ao Poder Executivo Municipal para obter informações sobre as ações decorrentes da implantação do protocolo EBIA nas unidades do CRAS, utilizado como base de dados para o diagnóstico da insegurança alimentar em Parauapebas, e sobre as providências relacionadas à implantação das cozinhas comunitárias como equipamentos públicos de segurança alimentar.

Parauapebas, 22 de outubro de 2025.

**ALEX P. OHANA
VEREADOR – PDT**



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

JUSTIFICATIVA

Em atenção ao Memorando Externo nº 110635/2025, emitido pela Prefeitura Municipal de Parauapebas em resposta ao Memorando nº 1847/2025 – PMP/GP, que trata do Requerimento nº 068/2025, referente às informações sobre o Restaurante Popular de Parauapebas, foi encaminhado o Relatório Técnico da Segurança Alimentar e Nutricional.

O documento informou que foi implantado o protocolo EBIA (Escala Brasileira de Insegurança Alimentar) nas unidades do Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), que servirá como base de dados fundamental para compreender a situação de insegurança alimentar no município.

Segundo o relatório, essa coleta de dados permitirá avaliar com mais precisão as necessidades da população, principalmente nas regiões que seriam beneficiadas pelo Restaurante Popular.

O relatório também destacou que ainda não há previsão de estudos ou relatórios técnicos sobre o impacto social da não implementação do Restaurante Popular, mas que as informações obtidas por meio do protocolo EBIA deverão proporcionar subsídios valiosos para avaliações futuras.

Ainda conforme o documento, o município não dispõe atualmente de outros equipamentos públicos de segurança alimentar em funcionamento, o que reforça a importância de priorizar a criação de mecanismos alternativos e complementares de atendimento à população vulnerável.

Diante desse cenário, observa-se que o governo municipal vem redirecionando sua estratégia de segurança alimentar, passando a concentrar esforços no projeto de implantação das Cozinhas Comunitárias — modelo que se mostra mais descentralizado e comunitário, com potencial de atingir um número maior de famílias em diferentes bairros e regiões.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

A segurança alimentar e nutricional constitui um dos pilares fundamentais da política pública de assistência social, prevista na Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN (Lei nº 11.346/2006) e assegurada como direito social no art. 6º da Constituição Federal.

Nesse contexto, as Cozinhas Comunitárias se configuram como equipamentos públicos essenciais para garantir o direito humano à alimentação adequada, com o propósito de oferecer refeições saudáveis a preços acessíveis, promover educação alimentar, fortalecer a produção local e incentivar a solidariedade comunitária.

O município de Parauapebas tem avançado na construção de uma política local de segurança alimentar, especialmente com a aplicação do protocolo EBIA, no dia 17 de outubro de 2025, o CRAS Minérios realizou aplicação do diagnóstico EBIA junto às famílias acompanhadas pelo Programa de Atenção Integral à Família (PAIF), visando identificar a realidade alimentar dos territórios e criar uma base de dados sólida para subsidiar futuras ações de segurança alimentar.

Além disso, o I Fórum Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional, promovido pela Prefeitura de Parauapebas em 27 de agosto de 2025, marcou um passo histórico na consolidação dessa política pública.

Durante o evento, foi apresentado o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN), debatendo-se programas como o PAA (Programa de Aquisição de Alimentos), Programa do Leite, do Peixe e da Cesta Verde, e o projeto de implantação das Cozinhas Comunitárias, voltados a reduzir a insegurança alimentar e melhorar a qualidade de vida da população.

Apesar desses avanços, ainda faltam informações consolidadas sobre o planejamento técnico, jurídico e orçamentário das Cozinhas Comunitárias, seus territórios prioritários, recursos financeiros disponíveis, modelos de gestão, e etapas já executadas ou previstas.



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

Essas lacunas impedem o devido acompanhamento legislativo e a avaliação da política pública, razão pela qual se faz necessária a presente solicitação formal de informações.

As Cozinhas Comunitárias, além de descentralizarem o acesso à alimentação, têm potencial de fortalecer a agricultura familiar, gerar trabalho e renda em comunidades vulneráveis e integrar-se a programas de inclusão social e produtiva, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o PAIF, constituindo-se em ferramenta estratégica de combate à fome e promoção da cidadania.

No prazo legal, requer-se que o Poder Executivo, informe:

- 1) Quais estudos técnicos, levantamentos de demanda, diagnósticos e análises de viabilidade foram realizados pela SEMAS ou outras secretarias para a implantação das Cozinhas Comunitárias?
- 2) Já existem projetos técnicos, arquitetônicos ou memoriais descritivos elaborados para esses equipamentos? Caso positivo, favor informar a quantidade, a localização e o estágio de execução.
- 3) Foram elaborados orçamentos preliminares, cronogramas físicos-financeiros ou estimativas de custo por unidade?
- 4) Quais departamentos ou setores técnicos estão coordenando esse processo de planejamento e com quais parcerias intersetoriais (saúde, educação, agricultura) há articulação em curso?
- 5) Informações sobre quais bairros, vilas ou regiões rurais estão sendo consideradas prioritárias para a instalação das Cozinhas Comunitárias;
- 6) Quais critérios técnicos, sociais e geográficos foram utilizados para essa definição;



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

7) Caso não haja definição, se existe previsão de estudo territorial para identificação de áreas adequadas (como terrenos públicos, espaços multiuso ou imóveis ociosos).

8) Existe ato normativo em elaboração (decreto, portaria ou resolução) que regulamente o funcionamento, a gestão e a fiscalização das Cozinhas Comunitárias;

9) Qual será o modelo de execução previsto: direta pelo município, terceirizada, em parceria com entidades sociais, OSCs ou cooperativas?

10) Quais recursos orçamentários foram previstos na Lei Orçamentária Anual (LOA 2026) ou em exercícios anteriores para a política de segurança alimentar e nutricional;

11) Há previsão de abertura de créditos adicionais, suplementares ou de convênios para viabilizar a implantação das Cozinhas Comunitárias;

12) O município pretende buscar recursos estaduais, federais ou emendas parlamentares para custeio ou estruturação desses equipamentos?

13) Se há integração prevista entre as Cozinhas Comunitárias, o Restaurante Popular e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), conforme o Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN);

14) Quais ações conjuntas ou parcerias intersetoriais estão em construção entre SEMAS, SEMED, SEMPROR, SEMSA e outras pastas;

15) Quais mecanismos de controle social estão sendo previstos para garantir a participação do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMSEA) e da sociedade civil nesse processo.

16) Quais resultados preliminares do protocolo EBIA já foram obtidos no município e em quais territórios;



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

17) Como esses dados estão sendo tratados, compilados e utilizados para direcionar as políticas públicas de segurança alimentar;

18) Qual a projeção de público-alvo que poderá ser beneficiado pelas Cozinhas Comunitárias com base nesses diagnósticos.

19) Quais etapas já foram concluídas, quais estão em andamento e quais ainda serão realizadas até a implantação das primeiras unidades;

20) Existe cronograma oficial ou estimativa de início das obras e funcionamento das Cozinhas Comunitárias;

21) Quais são os principais desafios técnicos, jurídicos ou orçamentários enfrentados para a implementação da política

Pelas razões expostas, apresento este requerimento aos colegas vereadores e às colegas vereadoras, solicitando ao Gabinete do Prefeito Municipal de Parauapebas, no prazo legal, as informações e documentos detalhados referentes às ações, estudos, projetos e providências voltadas à implantação das Cozinhas Comunitárias como equipamentos públicos de segurança alimentar e nutricional no município.

Tais dados são essenciais para que este Parlamento possa exercer seu papel constitucional de fiscalização, acompanhar de forma responsável a efetividade das políticas públicas e garantir transparência na aplicação dos recursos públicos destinados à área da assistência social e da segurança alimentar.

Além disso, as informações requeridas permitirão avaliar o estágio de planejamento e execução da política municipal, verificar a coerência entre o diagnóstico da insegurança alimentar (protocolo EBIA) e as ações de enfrentamento em curso, bem como propor medidas complementares que assegurem o direito humano à alimentação adequada — princípio consagrado no art. 6º da Constituição Federal e na Lei nº 11.346/2006 (Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional – LOSAN).



ESTADO DO PARÁ
PODER LEGISLATIVO
CÂMARA MUNICIPAL DE PARAUAPEBAS
GABINETE DO VEREADOR ALEX OHANA

O Legislativo Municipal, ao cumprir sua função fiscalizadora e representativa, busca com este requerimento fortalecer a transparência administrativa, estimular o diálogo intersetorial e garantir que as Cozinhas Comunitárias se tornem uma política pública efetiva, sustentável e de alcance social amplo, beneficiando famílias em situação de vulnerabilidade em todas as regiões de Parauapebas.

Parauapebas, 22 de outubro de 2025.

ALEX P. OHANA
VEREADOR – PDT